

# Sarney e Ulysses articulam pacto para aprovar 5 anos

## Acordo prevê aprovação da Constituição em 87, a sua consolidação em 88 e eleições presidenciais em 89

Janio de Freitas

### Tempo de transição

Dispõem-se os dirigentes do PMDB, que hoje se encontram para a reunião da Executiva do partido, a discutir os anseios do presidente Sarney de que seja ignorada a cronologia dos trabalhos constituintes e desde logo fixada, como um compromisso a ser mais tarde transcrito para a nova Constituição, a vigência do seu mandato.

O debate deste tema parece distorcido desde que o suscitaram o próprio presidente, então apenas acossado por temores e não por pretensões, e Leonel Brizola, com sentimentos inversos.

O que inspirou a campanha das diretas-já e a levou a sacudir o país foi uma convicção muito precisa: a da ilegitimidade dos presidentes resultantes da eleição indireta, constituindo-se esta em obstáculo às aspirações generalizadas e imediatas de construção da democracia. Derrotado no Congresso o projeto da direita, articularam-se os peemedebistas e os dissidentes do PDS em torno da alternativa já de longo trabalhada por Tancredo Neves, qual fosse a de usar o Colégio Eleitoral e eleger alguém, não para um mandato convencional de presidente, mas para um período que, culminando com a eleição direta, seria apenas a transição do regime militar para o regime democrático.

De início, a duração deste período era mencionada pelos líderes da Aliança Democrática como de dois anos, para dar tempo à convocação e campanha eleitoral da Constituinte, à elaboração da própria e, já em vigor as novas regras nacionais, à campanha e eleição presidencial. Dada esta

duração do período transitório, era admitida a reeleição do presidente. Tancredo, porém, sentindo-se crescentemente fortalecido pelo apoio popular após a vitória no Colégio Eleitoral, primeiro transferiu para a Constituinte toda a responsabilidade pelo limite da transição e, depois, passou a referir-se à discutível necessidade de quatro anos para consolidar a introdução do país na democracia.

No debate do tema, conturbado deliberadamente por Sarney e seus dependentes no poder, perdeu-se, pois, a noção de que o que está por ser definido não é um mandato de presidente, mas o limite do período de transição. Em cujo final, e só ao seu final, ocorrerá aquilo que as multidões e o PMDB consagraram como única via para a legitimidade presidencial e para a democracia — a eleição direta.

A não ser o atual apenas um período de transição, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Franco Montoro, Miguel Arraes, Marco Maciel e todas as demais lideranças do PMDB e do hoje PFL, das menores às mais expressivas, seriam apenas atores inescrupulosos de uma farsa sem igual, muito mais grave do que a tal democracia anunciada em 1º de abril de 64.

Tudo o que resta saber é o que mais precisaria ser feito, em termos de transição, após encerrada a Constituinte. Como a resposta é ociosa, o que resta, mesmo, é ver que respeito as lideranças políticas ainda têm por compromissos e por si mesmas. Há dúvidas justificadas, mas não impedem que haja alguma esperança.

### É preciso fortalecer o "poder civil", diz Moreira Lima

Do correspondente em Florianópolis e da Sucursal de Brasília

O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, 60, disse ontem, em Florianópolis (SC), que "o momento é de todos os brasileiros se unirem para o fortalecimento do poder civil. É a única solução que temos e é a que estamos empenhados". O ministro referia-se a notícias divulgadas pela imprensa, nos últimos dias, sobre um eventual retorno dos militares ao governo do país. O ministro disse que os partidos políticos devem negociar a solução da crise econômico-institucional por que passa o país, e que não há "dificuldades para que prossigamos o processo de fortalecimento do poder civil".

#### Ordem do dia

A ordem do dia alusiva ao 23º aniversário do Movimento de 64, completado hoje, assinada pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, procura transmitir um tom tranquilizador. Nela, os ministros militares afirmam que "afastadas as sombras, conjuradas as ameaças, restabelecida a concórdia e aberto um novo horizonte de esperança, fatos que se prenunciam, estão a Marinhã, o Exército e a Aeronáutica onde sempre estiveram e estarão navegando, marchando e voando serena e decididamente, lado a lado com a nação".

#### Brossard

Em conversa com jornalistas, após despachar das 9h às 9h45 com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto, e avistar-se com o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, 63, manifestou ontem, em Brasília, sua preocupação com a frequência de notícias que apontam a possibilidade de um golpe de Estado no Brasil.

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), 70, começa a negociar ainda esta semana com a bancada de seu partido, com o PFL e com o PTB um pacto político visando estipular em cinco anos a duração do mandato do presidente José Sarney. Ulysses vai esperar apenas o início dos trabalhos das comissões temáticas da Constituinte, previsto para quinta-feira. O acerto para o pacto — que deverá constar das Disposições Transitórias da nova Constituição — foi feito entre Sarney e Ulysses durante a viagem dos dois em companhia do presidente de Portugal, Mário Soares, a Carajás (PA) e São Luís do Maranhão, na semana passada.

Segundo a Folha apurou, Sarney e Ulysses conversaram durante uma hora tratando exclusivamente da duração do mandato do presidente da República e da recomposição da Aliança Democrática. O presidente da Constituinte teria recebido, então, a incumbência de procurar sua bancada e os outros partidos. Feitas as contas, fica estabelecido o ano de 1987 como o da elaboração da nova Constituição, o de 1988 como o de consolidação da Carta e o de 1989 como o da eleição presidencial.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), 50, que deverá ser procurado por Ulysses, a princípio não concorda com os cinco anos. "Acho que deve ser encontrado um meio de fazer com que as eleições presidenciais coincidam com as do parlamento. Não é possível que o presidente encontre um parlamento que pode ser totalmente contrário a ele, devido à não coincidência das



Ulysses Guimarães cumprimenta o então senador José Sarney, em agosto de 1984, época de formação da Aliança

eleições", disse Righi. Para ele, o ideal é manter seis anos para Sarney, a fim de que a eleição presidencial coincida com a do Congresso em 1990.

Para o secretário-geral do Congresso constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 38, a definição do mandato de Sarney "é mais que necessária". Sobre a duração, afirmou que deverá ser estipulada por um pacto político.

Os deputados Konder Reis (PDS-SC), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e João Natal (PMDB-GO) pretendem apresentar em plenário projeto de resolução convocando eleições gerais 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Segundo Reis, o projeto irá prever a reeleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos, atualmente proibida.

A proposta, no entanto, é criticada

pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), 39. "Como querem estabelecer eleições em 120 dias após a promulgação da Carta sem saber se teremos um regime presidencialista ou parlamentarista? Isso é loucura", disse. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), 67, e o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, acreditam que a proposta não será aprovada.

### Planalto quer rever compromisso

Da Sucursal de Brasília

A ampliação da carta-compromisso da Aliança Democrática, incluindo entre outros temas a duração do mandato do presidente José Sarney, está sendo articulada pelo Planalto, com o duplo objetivo de definir logo o mandato de Sarney e recompor a aliança entre o PMDB e o PFL. A informação foi dada ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), logo após o encontro que manteve com o presidente, das 11h45 às 12h, no Palácio do Planalto.

Além da definição do mandato presidencial (Sant'Anna defende seis anos), o novo documento incluiria outros temas que não constam do texto original, firmado no final de 1984 pelos integrantes da coligação que levou a chapa Tancredo Neves/José Sarney à vitória no Colégio Eleitoral. Entre esses temas estaria a questão da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

Sant'Anna disse que a alteração do compromisso da Aliança é necessária em função da "nova realidade" vivida pelo país, que, segundo ele se manifesta no descontentamento registrado nos dois partidos que a integram: no PMDB, através da exigência de que o programa do partido seja cumprido pelo governo e de manifestações para que os ministros pefelistas deixem seus cargos; no PFL, através de propostas de que o partido deixe a Aliança, por sentir-se preterido em decisões tomadas no Congresso constituinte e no governo.



Carlos Sant'Anna

### Quércia insiste em definição rápida para o mandato

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, 48, reafirmou ontem que a duração do mandato do presidente José Sarney deve ser definida o mais breve possível. "É muito importante que haja uma definição do mandato", disse Quércia, às 16h40, em entrevista no Tribunal de Justiça de São Paulo (zona central paulistana).

Embora favorável a um mandato de seis anos para Sarney, ele disse estar aberto a uma solução de consenso dentro do PMDB.

Com esse objetivo, Quércia conversou por telefone com o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, mas não quis comentar a conversa. Pela manhã, encontrou-se com os deputados federais Francisco Amaral, Roberto Cardoso Alves, Manoel Moreira e Paulo Zazur. O mesmo assunto foi tratado com a Executiva estadual durante almoço no Palácio dos Bandeirantes.